



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 014

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE ABRIL DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Dobrandino da Silva e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco dos itens 01 a 06 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 538

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Campanelli, importante figura nos meios jurídicos, ex-vereador e um dos fundadores da Faculdade de Londrina, onde era professor, além de suas atividades como pecuarista.

Requer, também envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de pesar aos familiares do Sr. Pedro Stroparo, pelo falecimento ocorrido no último domingo, dia 30 de março. O distrito de Guamirim, no município de Irati, perde uma das suas mais brilhantes lideranças, que tanto contribuiu para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida daquela região.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Maria Veres Stroparo acerca do voto em apreço, sito à Av. Getúlio Vargas nº 1120, CEP 84500-000, município de Irati, Paraná.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações, a toda diretoria do Londrina Esporte Clube, pela comemoração de seus 47 anos de fundação.

Requer, ainda, o envio de correspondência aos homenageados, dirigida ao presidente do Londrina

Esporte Clube, Sr. Osvaldo Cestário Filho (Av. J. Casoni, 1900 - Londrina - PR).

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Godoy Moreira - PR, alusivos ao 14º aniversário de sua fundação, que será comemorado no dia 05 de abril de 2003.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal, José Antônio Cezário e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Primis de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Campo Mourão, nº 184, CEP 86.938-000, Godoy Moreira-PR.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 537

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao futuro presidente do Jockey Clube do Paraná, Luís Guilherme Mussi, e à sua nova diretoria, que tomam posse amanhã às 20h00, no salão João Adhemar de Almeida Prado e na tribuna de honra do respectivo estabelecimento.

Da decisão do Plenário, requer envio de correspondência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 168/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo determinado, através do setor competente, proibir por 10 (dez) anos a extração de areia no Rio Iguaçu, bem como em seus afluentes em todas as extensões.

Art. 2º - Os proprietários das margens dos referidos rios, ficam obrigados a plantar 100 metros de cada lado dos rios, matas ciliares da região e conservar em condições de limpeza, em toda a extensão de sua propriedade.

Art. 3º - O Poder Executivo, para cumprimento do disposto nesta lei, regulamentará através de decreto, dentro de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao governo do Estado, motivar e galvanizar esforços e experiências e, no limite das atribuições constitucionais, reger e disciplinar a conduta de todos esses agentes em prol da eficácia no atendimento do interesse público.

A proibição da extração de areia, evitará o assoreamento com entulhos de toda sorte de lixo lançados sobre os numerosos rios.

O Rio Iguaçu, até os anos 40/50, era perfeitamente navegável até Porto Vitória. Hoje, além do lixo, acontece o desmoronamento em ambos os lados com a extração de areia e a falta de mata ciliar para proteger as encostas, melhorando a drenagem da água das chuvas e diminuindo o risco de inundações. A mata ciliar começou a morrer com o assoreamento dos rios. Para resolver o problema basta evitar a extração de areia e que as encostas sejam protegidas com as matas ciliares da região com 100 metros em cada lado dos rios.

Hoje, o que se constata frequentemente é a construção irregular das casas residenciais, pequenas e médias indústrias, ao longo dos rios.

Muito antes de que fosse criada a palavra “ambientalista”, já havia pessoas que se intitulavam “amigos da natureza”, uma vez que valorizavam, de forma muito particular a natureza vivente em sua condição de criação divina e, em sua beleza de ordem intrínseca, viam uma pauta para a conduta humana.

O gênero humano, constitui o nível superior da natureza, onde o próprio homem, com imagem de Deus, se torna criador.

A própria Constituição Estadual declara em seu artigo 207, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. “XII - Promover o controle especialmente preventivo das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo; XIII - autorizar a exploração dos remanescentes de florestas nativas do Estado somente através de técnicas de manejo, excetuadas as áreas de preservação permanente; XIX - declarar como área de preservação permanente, o remanescente nas matas ciliares dos mananciais de bacias hidrográficas que abasteçam os centros urbanos”. A lei disporá especificamente sobre a reposição das matas ciliares.

Com o ambientalismo de hoje, as coisas se passam de forma diferente. Qualquer medida para a proteção do meio ambiente é aceita sem maiores questionamentos. Tudo está infestado por radioatividade e substâncias venenosas. Nosso ar, nossos alimentos, nossa água, etc...

A opinião pública, notadamente a imprensa, que desempenha a responsabilidade decisiva de informá-la aclamando seus impasses e suas opções, fazemos um apelo para que analise, critique e vigie nossos passos.

Para recordar Santo Agostinho: “a crítica justa nos corrige; a crítica injusta nos melhora”.

PROJETO DE LEI Nº 169/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O número máximo de alunos por sala de aula na rede pública estadual de ensino obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º - O limite máximo de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino é de:

I - 1ª série do 1º grau: até 20 (vinte) alunos;

II - 2ªs a 4ªs séries do 1º grau: até 25 (vinte e cinco) alunos;

III - 5ªs, 6ªs, 7ªs e 8ªs séries do 1º grau: até 30 (trinta) alunos;

IV - 2º grau: até 35 alunos.

Art. 3º - O limite mínimo de permanência, por dia, para o pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio, será de 4 (quatro) horas diárias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que aqui apresentamos tem como objetivo contribuir para a melhoria do ensino no Paraná, através de uma medida simples: a determinação de um limite máximo para o número de alunos em sala de aula e um limite máximo para o número de horas/aula diárias.

O excesso de alunos em sala de aula não permite a oportunização de experiências, vivências aos alunos, impossibilita o professor de dar atendimento adequado às necessidades individuais do aluno, traduz-se em baixo rendimento escolar e, por conseguinte, um baixo nível de ensino.

Tal fato, infelizmente, não é isolado, e se repete ano a ano, o que reflete a falta de priorização que o ex-governo do Paraná dava à educação.

A erradicação do analfabetismo, a garantia do ensino fundamental a todos, mesmo para os que não tiveram acesso na idade própria, além da extensão progressiva da obrigatoriedade de atendimento ao ensino médio, é uma realidade muito distante.

Os limites máximos de alunos por sala de aula, aqui estabelecidos, são fruto de grandes debates, e contou com a participação massiva da comunidade paranaense, além das inúmeras discussões entre as entidades representativas dos docentes e discentes; enfim, todas, de alguma forma, atuam na área de educação, culminando

ao estudo realizado pela UNB - Universidade Nacional de Brasília.

Aquele estudo apontou que o principal fator que contribui para a “doença” do professor é o excesso de alunos em sala de aula e o tempo excessivo das aulas, que não permitem um aprendizado de qualidade. Nos meios científicos esse quadro é conhecido como Síndrome de Burnout.

Cumpramos ressaltar ainda que o presente projeto de lei dá consequência ao artigo 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No nosso entender, o Estado do Paraná pode e tem condições de dar uma resposta à sociedade paranaense, fazendo da educação a sua primeira prioridade e, o primeiro passo é dar aplicabilidade efetiva deste projeto, conseqüentemente, da LDO.

Portanto, em nome dos educadores do Estado do Paraná e da qualidade do ensino público, peço o apoio de todos os parlamentares à aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 170/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica assegurado transporte gratuito aos portadores de deficiência em linha de transporte intermunicipal, a todas as pessoas com deficiência física, mental, auditiva, ou visual, mediante apresentação de atestado expedido pelas Secretarias Municipais de Saúde ou entidades que atendem pessoas com deficiência.

Parágrafo Único - As linhas de ônibus que compõem as redes integradas de transporte coletivo dos municípios e das regiões metropolitanas são, também, abrangidas pela previsão do *caput* desse artigo”.

Art. 2º - Fica acrescido parágrafo 4º ao artigo 3º da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 3º - ...

§ 4º - Nas regiões metropolitanas, além do estabelecido nos parágrafos anteriores, que especificam as características das deficiências passíveis de receber isenção tarifária, ficam incluídos os portadores das seguintes patologias crônicas, como beneficiários do programa:

I - insuficiência renal crônica, em terapia renal substitutiva;

II - câncer, em tratamento de quimioterapia ou radioterapia;

III - transtornos mentais graves, em atendimento continuado, em serviços-dia (Hospital-dia, Núcleo de Atenção Psicossocial, Centros de Atenção Psicossocial, Escolas de Educação Especial que atendem condutas típicas, Serviços Residenciais Terapêuticos e Oficiais Terapêuticos);

IV - portadores de HIV, em tratamento continuado em serviço-dia;

V - mucoviscidose, em atendimento continuado;

VI - hemofilia, em tratamento;

VII - esclerose múltipla, em tratamento.

Art. 3º - O artigo 5º da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - A isenção do pagamento da tarifa do transporte coletivo intermunicipal será válida também para o acompanhante, desde que atestado por instituição especializada ou pelas Secretarias Municipais de Saúde, que o deficiente não pode se deslocar sem acompanhante. Neste caso, além da carteira do deficiente, será emitida uma exclusiva para acompanhante, vinculando o nome do titular.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que objetiva alterar a Lei nº 11.911, de 01/12/97, que assegura transporte gratuito, em linhas intermunicipais, aos portadores de deficiência.

A apresentação do presente torna-se necessário para atender os deficientes que se deslocam de um município a outro, para serem atendidos em escolas especiais, clínicas e hospitais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto em tela.

PROJETO DE LEI Nº 171/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 9.148, de 15 de dezembro de 1989, que declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Entidades Sociais do Paraná - Consesp, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto com o objetivo de alterar a redação da Lei nº 9.148/89, que declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba, que através decisão de

sua Assembléia Geral, passou a denominar-se Instituto de Entidades Sociais do Paraná - Consesp.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 172/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Pequena Central Hidrelétrica Ouro Verde, a ser implantada no Rio Sapucaia, às coordenadas de latitude 24º44'44"S e de longitude 53º08'07", no município de Iguatu.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, atendendo solicitação da empresa Ouro Verde Energética Ltda, com o objetivo da construção da Pequena Central Hidrelétrica de Ouro Verde.

A Pequena Central Hidrelétrica Ouro Verde é um empreendimento de pequeno porte e se enquadra plenamente nas políticas do governo, tanto a nível federal quanto estadual, através da busca de fontes de geração de energia elétrica de baixo impacto ambiental.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei, levando em conta, também, a grave crise energética que assola a nação brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 173/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O contribuinte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, que comprovar estar sendo prejudicado na livre concorrência no mercado nacional, diante de produtos importados do exterior em condições tributárias ou financeiras relativas ao ICMS mais favoráveis do que as vigentes para as operações com seus produtos agroindustriais produzidos no Estado, poderá obter uma compensação que lhe permita neutralizar tal vantagem competitiva.

Art. 2º - O contribuinte, individualmente, ou órgão de classe do setor produtivo que o represente, para obter a compensação referida no artigo anterior, deverá comprovar a existência de regime jurídico em vigência relativo ao ICMS, quer seja tributário, quer seja financeiro, que lhe dificulte ou impossibilite o acesso ao mercado.

Art. 3º - Esta lei, que será regulamentada pelo Poder Executivo, entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa solucionar, através de uma nova ótica normativa, algumas questões tributárias, de há muito conhecidas, existentes no âmbito tributário do ICMS, que por vezes cria empecilhos à comercialização de outros produtos industriais paranaenses no mercado de outros Estados, principalmente em decorrência de condições mais favoráveis concedidas a produtos oriundos do exterior, como vem ocorrendo por exemplo, com a questão da farinha de trigo importada.

Desde a vigência do Tratado do Mercosul, os empresários argentinos foram beneficiados, no setor agrícola, com o privilégio de fornecer ao Brasil farinha de trigo com a alíquota de ICMS vigente, ou seja 7% (sete por cento), como ocorre com os produtos da cesta básica, quando os próprios moinhos brasileiros praticam 12% (doze por cento) nas operações interestaduais).

A alíquota de 7% (sete por cento) de ICMS vigora em todos os Estados do Sul e Sudeste do Brasil, razão pela qual a farinha de trigo Argentina também está sujeita a esse percentual de incidência do ICMS em qualquer ponto de entrada no Brasil.

Não é difícil imaginar o grave problema criado com a importação desenfreada de farinha de trigo. Na forma como vem sendo efetuada prejudica, e muito, não só o setor moageiro nacional e por consequência o segmento da produção tríticola, mas a economia do Estado e sua arrecadação tributária.

Na verdade não só a economia paranaense é prejudicada, mas a de todos os Estados produtores de trigo e a do País, que durante anos vêm lutando na busca pelo aumento da produção nacional de trigo para deixar de consumir divisas com a importação desse produto.

Ocorre que solucionar esse problema contraria interesse de grande parte das unidades federadas, que vêm agindo com os olhos voltados apenas para as suas receitas imediatas, desconsiderando os interesses maiores do país que é atingir a auto-suficiência na produção de trigo e deixar de importar, não só o grão, mas principalmente a farinha.

A autorização, caso a caso, por despacho da autoridade, como constante do projeto de lei, é o mecanismo mais ágil e adequado à implementação e controle da autorização legal.

É portanto, relevante que essa matéria seja discutida para que fique claro que as empresas paranaenses não estão sendo beneficiadas por nenhum favor fiscal que lhes dê vantagem competitiva no mercado nacional e que o Estado do Paraná não vem promovendo nenhuma guerra fiscal no sentido de ganhar mercado por vias ilícitas, mas sim de que existem problemas localizados em alguns segmentos importantes da economia local na estrutura da sistemática de cobrança do ICMS que podem vir a inviabilizar a nossa agroindústria.

Como se pode ver, a questão tributária do ICMS, a exemplo do que ocorre com a farinha de trigo é extremamente delicada e complexa e está a exigir uma séria reflexão das autoridades competentes e temos certeza de que o apoio desta Casa de Leis não nos faltará neste momento, como não nos faltou em ocasiões anteriores, evitando-se com isso prejuízos ao Estado e ao País.

0 SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

0 SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhores deputados.

Só quero ocupar a tribuna desta Casa no dia de hoje para informar que eu vinha para esta Casa após o almoço, e ouvia atentamente uma emissora de rádio que fazia uma enquete com os ouvintes para que eles pudessem opinar a respeito do que eles achavam do chamado “perdão” das multas que os veículos oficiais desta Casa tiveram e que a imprensa divulgou no dia de hoje. Quero dizer que, até onde tomamos conhecimento, não houve nenhuma vantagem para aqueles deputados que ocupam os carros da Assembléia Legislativa. Foi o que a gente apurou e o que garantiu o deputado Geraldo Cartário.

Eu gostaria que a gente tomasse ciência do que na verdade anda acontecendo dentro desta Casa. Sou um deputado recém-eleito, estou me habituando e talvez, pagando um pouco, no começo, pelo meu noviciado, mas tomei o cuidado de ter a segurança e a certeza de que os carros que estão sob a minha responsabilidade não possuem nenhum tipo de multa, como eu sei da maioria dos parlamentares que aqui se encontram, mas uma questão é importante se fazer aqui.

Será que existe uma campanha orquestrada para denegrir a imagem da Assembléia Legislativa do Paraná? Primeiro, muito suspeito foi o vazamento dessas multas. Quem é que forneceu esses dados? Não que não deveriam ser fornecidos, mas deveriam ser objeto de investigação, porque é um assunto que nos deixa preocupados. Outros, divulgando os vencimentos dos deputados. Todos sabem quanto nós recebemos e também que as verbas de gabinete não pertencem ao deputado. O nome já está dizendo “verbas de gabinete”, e que os salários dos seus funcionários também não pertencem aos deputados a não ser os seus próprios salários.

Eu ouvi, - e não quero levar uma fofoca nesta tribuna, mas há um interesse claro de que entremos em desgraça perante a opinião pública. Tenho a plena convicção de que não partiu de nenhum dos deputados que aqui estão, mas que há alguma coisa de estranho no ar para que nós nos desmoralizemos perante a opinião pública, eu não tenho a mínima dúvida!

Nós temos que, acima de tudo, ter a consciência de que somos um Poder independente. Não vamos nos rebaixar diante daqueles que dizem que o Palácio Iguaçu não aceita críticas e que não vai ceder às pressões. Faço parte do PDT, tenho orgulho de pertencer a um bloco independente, e todas as vezes que forem necessárias, subirei a esta tribuna e denunciarei aquilo que tentarem tramar contra os deputados estaduais, contra qualquer um de nós, não defendendo aqui o corporativismo, mas a independência de um Poder Legislativo soberano e legítimo.

Gostaria de agradecer a oportunidade e pedir até que algum tipo de providência fosse tomada nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só para informar a V. Exa., aos demais parlamentares, à imprensa e para os convidados que estão hoje também, que não houve nenhuma anistia, não houve nenhum perdão; foi um ato rotineiro. Quando se apresenta o motorista do veículo, automaticamente se reduz a multa. Foi o que foi feito. Foi pago pelos parlamentares, aproximadamente 26 mil reais, recursos dos próprios deputados, não recursos públicos. O deputado está sendo tratado como qualquer outro cidadão, com os mesmos direitos, e qualquer cidadão tem os mesmos direitos dos deputados na questão das multas. Não há qualquer privilégio na redução dessas multas para os deputados e, volto a afirmar que foram pagos não com recursos oficiais, mas pelos próprios deputados.

Com a palavra, a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Faço uso da tribuna neste dia e gostaria, inicialmente, senhor presidente, já que vou fazer um comentário sobre o salário-mínimo do País, colocar que estamos ouvindo os funcionários desta Casa e sabemos que é uma reivindicação antiga dos funcionários o plano de carreira, cargos e salário.

Esperamos, senhor presidente, que a Mesa tenha tomado alguma providência nesse sentido, ou que tão logo a tome em favor dos funcionários que estão já há um bom tempo com seus salários defasados, esperando que seja aprovado nesta Casa, um plano de carreira e salários para que também possam programar suas vidas e também de seus familiares.

No dia 31 de março, dirigentes da Central Única dos Trabalhadores, dirigentes da Força Sindical, da

Social Democracia Sindical e também da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, estiveram reunidos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no momento em que foi anunciado o reajuste de 20% para o salário-mínimo - que passa dos atuais 200 reais para 240 reais, recompondo as perdas inflacionárias ocorridas desde abril do ano de 2002, permitindo um pequeno ganho real.

Lula, naquele momento, mais uma vez reafirmou seu compromisso em dobrar o valor real do salário mínimo durante seu mandato. O valor anunciado está dentro das possibilidades orçamentárias elaboradas e aprovadas pelo governo anterior. Bem sabemos aqui que se falarmos em salário-mínimo e falarmos em 240 reais, sabemos bem, senhores deputados, que ainda é um salário baixo, mas, perto do que estava previsto para ser aprovado no orçamento deixado pelo FHC - que era de 211 reais -, sabemos do esforço enorme que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez, que sua equipe fez para poder chegar aos 240 reais. E também o empenho que está tendo de poder cumprir com sua promessa de, durante os 4 anos, dobrar o valor do salário mínimo.

Sem entrar na polêmica do índice ou do parâmetro que deve ser utilizado para medir o valor real do salário-mínimo, desde a sua criação em 1940, pode-se dizer que a recuperação efetiva do seu poder de compra é componente indispensável de uma política mais ampla, que está no centro das preocupações do Governo Lula. E diz respeito à retomada do novo processo de desenvolvimento do nosso País, onde essa retomada esteja combinando com a distribuição de renda, onde o combate à pobreza e a desigualdade social também fazem parte.

A longa história do salário-mínimo, mostra que uma política isolada não assegura aos trabalhadores uma maior participação na renda nacional.

Este novo ciclo de desenvolvimento atravessa uma fase de transição que envolve controle do processo inflacionário, que ameaça contaminar a economia brasileira e que vinha ameaçando já no final do ano passado também a superação da crise de desconfiança do novo governo, equilíbrio orçamentário e a expansão de novas exportações. Além desses, é necessário reforma tributária, previdenciária, trabalhista e agrária.

Essas reformas complementarão essa fase de transição, criando condições para que a economia do País volte a crescer de uma forma sustentada e duradoura.

Ainda neste ano o Governo Lula estará elaborando orçamento do próximo ano e também o orçamento plurianual, o qual deverá expressar de uma forma clara a política e objetivos a curto e a longo prazos para o conjunto da sociedade brasileira.

Para o nosso partido e para o Governo Lula, a elaboração do valor real do salário-mínimo e a promessa de duplicar o seu poder de compra, será efetivado ao longo dos quatro anos de mandato. Mas não se constituirá uma política isolada; ela é parte do grande projeto de mudança, que venceu as eleições para transformar o

nosso País numa nação mais justa, mais humana, mais igualitária, uma nação democrática e desenvolvida.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero esclarecer a V. Exa. e aos demais parlamentares que, em referência ao Plano de Cargos e Salários, nós estamos providenciando e com certeza sairá. E quero afirmar inclusive, que não muito distante, nós demos um aumento considerável aos funcionários desta Casa. E estamos verificando, para realmente concluirmos o Plano de Cargos e Salários, para que possamos avançar e dar àqueles que realmente trabalham, um salário digno.

Concedo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiro, fico satisfeita com a informação do presidente desta Casa, que já está providenciando a questão do plano de cargos e salários, um direito justo, que entendemos de fundamental importância, para valorizar as atividades desta Assembléia Legislativa.

Faço uso da palavra hoje, para manifestar uma preocupação com uma questão que está acontecendo em Londrina. Talvez seja resolvida, mas acho de fundamental importância que essa preocupação fique consignada na Casa, porque amanhã ou depois, se isso não for resolvido, nós precisaremos do apoio e solidariedade dos companheiros para defender esta causa justa e inadiável. As delegacias de mulheres, foram criadas no Brasil em 1985, como resultante da luta incontestável do movimento e organizações de mulheres brasileiras.

Portanto, desde 1985, milhares de mulheres, aproximadamente seis milhões de mulheres no Brasil, já recorreram às delegacias especializadas para poder denunciar as violências sofridas, tanto físicas, morais e a violência sexual, que é a questão do estupro, que é infelizmente um dado da realidade, da vida das mulheres brasileiras, que acontece muito.

Essas delegacias foram criadas não por acaso, mas porque milhares de mulheres que recorriam às delegacias comuns, de vítimas, passavam a rés.

Era muito comum no Brasil e ainda o é nos locais que não existem delegacias especializadas, as companheiras apresentarem as suas denúncias de estupro, por exemplo, e serem ridicularizadas, em alguns casos estupradas novamente, em outros casos ao deboche, à humilhação, às piadinhas de mau gosto, de ponto de vista, de acusar as mulheres por esse tipo de violência ou pelas roupas que usam ou pelo horário que estavam na rua. Muitas vezes estudantes, trabalhadoras que trabalham durante a noite.

Esta é uma vergonhosa realidade brasileira.

O que nos chama a atenção é que no Brasil, apesar de isso ser lei, a existência das delegacias das mulheres estão sucateadas. A todo e qualquer momento em que precisam retirar escrivão ou policiais, tiram das delega-

cias das mulheres, portanto elas existem pro-forma, mas na realidade o sucateamento das delegacias, é muito maior do que das delegacias comuns, de um modo geral.

Em Londrina, há anos, desde 1993, quando eu era coordenadora da Mulher - porque nós somos precursoras da criação da Coordenadoria Especial da Mulher em Londrina, no governo do Luiz Eduardo Cheida - nós constantemente temos feito a defesa da Delegacia da Mulher, em Londrina.

Hoje, existe uma delegada, a Dra. Josiléia, e uma escrivã. Não tem computador; tem problema de toda a natureza. Quando tem gasolina não tem carro, quando tem carro não tem gasolina. Essa é uma constatação que fazemos, apesar de a Dra. Josiléia sistematicamente estar pedindo, pleiteando melhoras aos poderes constituídos, ao Poder Público.

O que está acontecendo em Londrina?

Ficamos sabendo que existe uma solicitação do delegado chefe de transferir um distrito policial para a Delegacia da Mulher, que não tem estrutura, que foi criada para dar o mínimo de privacidade às mulheres que buscam aquela delegacia. Agora vão enfiar dentro da Delegacia da Mulher um distrito policial, com presos de todas as ordens!

Isso é um absurdo, é uma violência contra os nossos direitos, é uma falta de respeito e consideração a este pleito e a essa conquista do movimento de mulheres brasileiras.

Gostaria de deixar registrado que já entramos em contato com o Dr. Adauto, chefe da Polícia Civil, aqui em Curitiba. Já entramos em contato com a Secretaria da Mulher de Londrina, e com outras organizações de mulheres do Estado do Paraná, para ficarmos vigilantes e impedirmos que essa violência aconteça com relação à Delegacia da Mulher em Londrina.

Se isso vira moda, nós realmente teremos jogado na lata de lixo um pleito suado e sofrido do movimento de mulheres do Brasil.

Pedimos ao Dr. Jurandi que abortasse essa idéia louca e pedimos também ao Dr. Adauto, que fizesse a necessária intervenção para impedir que isso acontecesse.

Sabemos das dificuldades das estruturas policiais no nosso Estado; sabemos na necessária intervenção do Estado, que já está fazendo: tivemos uma reunião recentemente no gabinete do governador Roberto Requião.

Portanto, se essa medida foi tomada, estará na contramão da história, no contraditório do colocado pelo governador Roberto Requião, que é garantir o real direito da cidadania e o direito humano das mulheres do Estado do Paraná em relação aos seus pleitos, às suas conquistas que historicamente o governador defende e tem também essa preocupação.

Há essa contradição entre a política estabelecida pelo governador Roberto Requião e a concepção dos que, neste momento, obtêm cargos, como o delegado da 10ª Regional da Polícia Civil da cidade de Londrina.

Portanto, há uma sinalização de que isso não acontecerá, mas de qualquer maneira, como muitas vezes, aquilo que se fala não é efetivamente aquilo que acontece.

Quero deixar registrado aqui a nossa preocupação e respeito à população de Londrina e da região que utiliza a Delegacia da Mulher. E, fundamentalmente, porque aqui também representamos as mulheres do Estado, porque aqui também estaremos defendendo a questão de gênero e uma medida como esta não será lesiva apenas às mulheres de Londrina ou do Estado do Paraná; será lesiva à nova proposta política colocada, explicitada pelo governador Roberto Requião.

Se não for resolvido, gostaria de poder contar com o apoio e solidariedade dos companheiros e companheiras, para que esse desastre não aconteça na cidade de Londrina e em nenhuma outra cidade do Estado do Paraná.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa e paranaenses aqui presentes.

Faço uso da palavra para reforçar o convite aos deputados para a nossa exposição agropecuária, dia 12, com a presença do presidente da República. É muito importante a participação de todos. Já devem ter recebido convite formal.

Também faço uso da palavra para agradecer novamente o secretário Renato Adur: confirmou agora mesmo que estará em Londrina, juntamente com o governador Roberto Requião, para liberar recursos para o asfaltamento de bairros, recursos esses que estavam contingenciados em função da moratória, mas oriundos que são do Paracidade, programa implementado pelo governo anterior.

Levanto isso para dizer da importância de todos nós que compomos as CPI's, mas alertando que, especialmente a CPI do Paracidade que precisa ser levada a bom termo, sem dúvida, tem que ser feita com muito critério, porque os recursos oriundos dos bancos internacionais representam a única fonte de financiamento que se tem para os investimentos que os municípios precisam.

Os prefeitos são os herdeiros da Lei de Responsabilidade Fiscal: cumprem suas obrigações e demandam no Estado ou na União recursos esses que, em função da exaustão das finanças públicas deste País, são, em sua maioria, oriundos de recursos federais, de recursos internacionais, do Banco Mundial, do BIRD e outros tantos, como foi também o caso de uma emenda parlamentar apresentada para o município de Ponta Grossa, para o contorno de Ponta Grossa, fruto de uma polêmica na última Sessão, mas que por conta do necessário contin-

genciamento orçamentário, praticado inclusive aqui no Estado, a União teve por bem, cortar esses investimentos. O prefeito de Ponta Grossa já havia feito todos os procedimentos necessários, não conforme o que o nosso companheiro Stica colocou; encaminhou ofício ao senhor presidente da República, solicitando a liberação desses recursos em 12/03/2003.

Falo isso sem nenhuma paixão, no sentido de restabelecer a verdade, no sentido de restabelecer que o nosso prefeito fez um esforço para garantir os recursos que não são, de fato, do Afonso Camargo, como de resto os recursos destinados, às Prefeituras não são oriundos dos recursos pessoais dos deputados, mas sim recursos públicos, fruto, sim, de um esforço parlamentar do deputado mais bem votado do Paraná, mas, o prefeito de Ponta Grossa, em função do seu esforço, da sua determinação em relação ao presidente Lula, permanece ainda na disputa por esse recurso orçamentário no sentido de garantir a execução daquela obra.

Faço uso da palavra prestando conta, em nome do prefeito...

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Um aparte, deputado?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário do Pequeno Expediente, nobre orador, não há aparte, a não ser que V. Exa. utilize o horário do seu partido e aí V. Exa. pode concedê-lo.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Já estou concluindo. O deputado Plauto poderá usar a palavra, não tenho dúvida disso.

Faço isso por concluir. Vou distribuir esse documento que foi encaminhado a seu tempo. No entanto, volto a dizer: todos os problemas que os nossos municípios passam, independente da disputa política que se estabelece na perspectiva de 2004, tem que ser superado, porque nós todos estamos aqui para ajudar Londrina; ajudar Ponta Grossa; ajudar União da Vitória e unir esforços para resolver os problemas, sejam eles oriundos da municipalidade, oriundos da dificuldade orçamentária do Estado ou da União.

Digo isso para me colocar, novamente, à disposição de qualquer município...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem um minuto para concluir vosso pronunciamento.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Digo isso porque acredito, deputado Plauto, que esse é o compromisso de V. Exa., do deputado Jocelito e de todos nós.

Nós temos o contraditório, o debate político é importante. No entanto, nosso esforço tem que ser no sentido de garantir os recursos que os municípios têm

direito, seja na União, seja no Estado, garantindo, também, serviços públicos essenciais na área do direito da mulher; na área do combate à dengue; unificando as nossas ações para o bem do povo do Paraná, que é quem de fato paga o nosso salário, custeia os serviços desta Casa e quer dos deputados um compromisso para o bem-estar geral.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Rafael Greca de Macedo, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente; senhores deputados.

Quando eu era prefeito de Curitiba, levei para a prefeitura minha experiência como presidente do Albergue São João Batista e instalei uma central de marcação de consultas para leitos hospitalares por telefone e por computador.

O Albergue São João Batista, ligado à Igreja Católica, não conseguia colocar os doentes nos hospitais. E eu via que deputados, como o Alborghetti, o Algaci Tulio, o Carlos Simões, ficavam levando os doentes de Herodes a Pilatos, de um hospital a outro, e demorava para se internar os doentes. Então, inventei o sistema de marcação de consultas por telefone e por computador ligado ao Centro de Processamento de dados de Curitiba, ao CPD do IPUC que depois, por terceirização, virou o ICI.

Ontem, o rompimento do contrato de terceirização do governo do Estado com o ICI, levou esse sistema ao caos.

E eu vi que se a minha invenção da marcação das consultas por telefone e computador era boa, o rompimento do contrato, feito às pressas, sem que se negociasse um outro substitutivo para a marcação de consultas por telefone e por computador, fez com que o povo “pagasse o pato”.

Treze são as centrais de marcação de consulta por telefone e por computador.

Quando eu era prefeito havia só uma central para Curitiba e para os vinte e cinco municípios da região metropolitana.

Agora há treze centrais para treze regiões do Paraná.

Treze mil é o número de leitos hospitalares que o sistema atende; cento e cinquenta mil são os atendimentos por mês; cinco mil são os atendimentos por dia; dois milhões é o custo aproximado da dívida do Estado com o ICI; três horas é o tempo que espera um doente para conseguir um leito, se não for feito o atendimento pelo telefone e pelo computador; e vinte minutos é o tempo que espera se for por telefone e por computador.

Parece-me que é assunto que não pode passar pela briga do Cássio Taniguchi com o Roberto Requião, porque os doentes não podem ser tratados como Nosso Senhor Jesus Cristo quando Pilatos lavou as mãos, e por-

que o Requião não é Herodes e o Cássio não é Pilatos! E não pode o nosso povo ir de Herodes a Pilatos!

Montei a central de marcação de consultas por telefone e por computador para ela funcionar! Esse sistema tem que ser restaurado! Se o ICI tem problemas na terceirização resolvam-se os problemas na Promotoria Pública, mas, com o auxílio da Celepar, se refaça a central de marcação de consultas por telefone e por computador, porque se dói no meu coração ver uma única estátua das que pus na cidade, destruída ou um canteiro arrancado, dói muito mais ver um serviço aos mais humildes acachapado como foi ontem, quando o povo foi mandado de Herodes a Pilatos, com dor. Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há inscrição para o Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT, PPB, PFL, PSDB, PTB.

(Todas Declinam)

PMDB. Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo à tribuna para me reportar ao discurso do eminente deputado Rafael Greca de Macedo.

Quero dizer ao deputado Rafael Greca que o governador Requião não agiu como Herodes: agiu na preservação do interesse público, do dinheiro público.

Quem agiu como Pilatos, quem agiu de forma criminosa, foi o Instituto ICI, que numa atitude criminosa, desligou os computadores, bloqueou o acesso aos computadores, mesmo sem ter uma decisão de rompimento de contrato algum. O que havia, era o anúncio do governo de que os contratos criminosos seriam cancelados. E este Instituto, vestindo a carapuça, prontamente cometeu um crime contra o povo do Paraná, sem que o contrato ou os contratos fossem cancelados. De forma criminosa, além de desligar os computadores, bloquearam o acesso para que ninguém tivesse acesso às informações que os computadores armazenavam.

Além disso, senhor presidente, chamou os funcionários desse Instituto, fez um acordo com eles, para que ninguém aceitasse uma eventual proposta do governo do Estado para que viessem prestar serviços ao governo do Paraná.

De forma que, se há criminoso nesta história, não é o governo do Estado, porque o governador Requião agiu na defesa do dinheiro público, que infelizmente não tinha o controle necessário, não tinha o respeito necessário pelas pessoas que governavam o Estado do Paraná.

Por isso, deputado Rafael Greca, a mesma dor que toca vosso coração é a dor que toca o coração do governador Requião. É a dor de um governo que quer que o dinheiro público seja aplicado no interesse público e não para salvar ou para beneficiar pessoas que, muitas vezes, são inescrupulosas.

Desta forma venho a esta tribuna...

O Sr. Durval Amaral

Concede um aparte, deputado?

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concede! Entretanto, nobre deputado, li atentamente o jornal "O Estado de São Paulo", no último domingo - e tenho aqui em mãos - e o governador diz exatamente que vai romper o contrato. Sobre a questão da saúde, alertando ainda que esse serviço é prestado inclusive em outras cidades do Brasil, como a Prefeitura do PT em São Paulo, como a Prefeitura de Ribeirão Preto do atual ministro Palocci e mesmo assim ele disse que romperia o contrato.

A propósito, para que não invertamos os papéis e as condições, a empresa, quando tomou conhecimento...

Aliás, no site do governo, na semana passada, nobre deputado - talvez o senhor não tivesse conhecimento ainda - o governo já dava como rompido unilateralmente o contrato, mesmo sabendo das consequências que poderiam advir. Aliás, tenho em mãos aqui, nobre deputado, atas de várias reuniões promovidas pela direção do Instituto, como atas do dia 16 de janeiro, do dia 18 de janeiro, do dia 24 de janeiro, do dia 03 de fevereiro, do dia 04 de fevereiro, do dia 11 de fevereiro, ou seja, de vários dias, onde justamente o Instituto alertava a Secretaria da Saúde de todas as consequências que poderiam advir à Saúde Pública do Estado do Paraná, com o rompimento unilateral do contrato.

Mesmo assim, para não perder o discurso e a verbologia, o verbo, para não acusar - como sempre tem sido a prática - ele levou a cabo sua intenção, mas, o Instituto, previdente que é, entrou com uma ação, uma medida cautelar contra o governo do Estado, protocolada no dia vinte de março de 2003, na 4ª Vara da Fazenda Pública, e notificando inclusive o procurador, doutor Sérgio, do Estado do Paraná, onde a conclusão final diz o seguinte: "Para que tenha ciência V. Exa., ciência inequívoca de que o eventual cancelamento unilateral do contrato relativo ao sistema de saúde pública redundará na sua única e mais ampla responsabilidade, com o que puder vir a acontecer com os pacientes que não forem atendidos, que sofrem prejuízos ou perderem a saúde, ou a vida, em nada podendo debitar ao notificante, seus diretores, representantes, funcionários ou qualquer preposto, e assim segue."

Então, veja, nobre deputado, é que existe um afã, uma vontade do governo em dizer que tudo que foi feito pelo governo anterior - que aliás faço justiça aqui ao deputado Rafael Grega, porque ele iniciou esse sistema - não presta, não pode, tudo é ilegal, tudo é imoral. Mas essa não é a verdade. A verdade é que 150 mil consultas são agendadas todos os meses, trinta mil pacientes são internados nos hospitais com serviço eficiente e competente.

Então, V. Exa. me desculpe, mas nesse caso, o afã de atacar vem em prejuízo da sociedade paranaense. E tem mais, não será somente nesses contratos, tenho certeza que em muitos outros contratos, que mesmo não tendo o apelo popular, como esse teve, nós teremos pre-

juízos grandes para o Estado do Paraná quando o Estado tiver que indenizar, nobre deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a V. Exa. o tempo para que conclua o vosso pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Muito obrigado.

Senhor presidente, eu agradeço o discurso do deputado Durval Amaral, porque não tratou-se de um aparte, e sim foi um discurso.

Quero dizer, meu caro deputado Durval Amaral, que o Instituto simplesmente vestiu a carapuça, quando o governo disse que contratos forjados na calada da noite, contratos superfaturados seriam cancelados. O Instituto, numa sabotagem ao povo do Paraná, unilateralmente cancelou o contrato e depois voltou atrás porque ficou com medo. Depois voltou atrás também na calada da noite quando viu que as coisas se complicariam para o seu lado; imediatamente voltou atrás e restabeleceu os serviços. O que fica, de pronto, claro, que o que moveu esse Instituto foi uma sabotagem, não contra o governo do Estado, mas contra o povo do nosso Estado, aqueles que precisam da saúde pública, mas, isso em nada demoverá o Governo do Paraná. Irá, sim, às últimas consequências para saber, para cientificar-se dos atos que ocorreram e que são lesivos aos interesses do Estado do Paraná.

Não é só esse contrato da saúde pública, mas tem o contrato do Detran, tem o contrato da Segurança Pública, tem o contrato da Secretaria da Fazenda, tem o contrato da Secretaria do Planejamento, tem o contrato da Secretaria da Cultura, tem contrato em todas as secretarias e não é só um; são dezenas de contratos em cada secretaria de Estado.

Ora! É o dinheiro público do Paraná que é jogado no ralo da imoralidade! E o que faz o governador, guardião do dinheiro público, é defender com firmeza e intransigência, custe o que custar, e isso será feito!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PFL.

No Horário do PFL, com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Pela Ordem)

Eu já fui prefeito, mas não vejo na voz do deputado Nereu Moura nenhum decibel de discoteca. Acho que o deputado Nelson Justus está ouvindo demais.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós pedimos ao sistema de som que regule o som da melhor forma.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Acho que é efeito da banda de Guaratuba que alterou a audição...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a ser decidida.

Com a palavra, o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna no dia de hoje para fazer um esclarecimento a uma série de críticas que no dia de ontem o nosso amigo do PT, deputado Stica, fez com relação ao deputado federal Afonso Camargo.

Quero aqui deixar claro em poucas palavras: o deputado Afonso Camargo encaminhou ao Orçamento da União, no ano passado, recursos para serem utilizados numa obra de suma importância para o município de Ponta Grossa que é a execução do Contorno Leste, ligando duas importantes rodovias, desta forma podendo possibilitar um tráfego fora da cidade; hoje caminhões pesados são obrigados a trafegar pelo centro da cidade para poderem alcançar as rodovias que ligam a Curitiba e também a rodovia que liga a São Paulo.

O deputado Stica, no dia de ontem, colocou aqui que o deputado Afonso Camargo não estava falando a verdade. Vou dar aqui o testemunho que vejo na cidade de Ponta Grossa e realmente o que aconteceu.

O deputado Afonso Camargo colocou os recursos no Orçamento, a autorização para a utilização dos recursos foi dado pelo governo federal, a prefeitura iniciou um processo licitatório no final do ano passado e teve problemas burocráticos, acabou atrasando esse processo licitatório que fez com que a cidade de Ponta Grossa perdesse os recursos colocados ao Orçamento pelo deputado Afonso Camargo, na ordem de dois milhões de reais, porque no mês de fevereiro o presidente da República baixou um decreto cancelando todos os recursos que iriam ser liberados aos municípios através das emendas orçamentárias, recursos que foram cortados porque as Prefeituras não tinham feito a licitação e todas as licitações que não estivessem homologadas teriam os recursos cortados.

A verdade foi esta, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. O deputado Afonso Camargo cumpriu com o seu papel, a Prefeitura atrasou, e com o atraso que teve, os recursos foram perdidos e cabe agora, sim, àqueles que representam e que fazem parte da base aliada do presidente Lula, ir buscar esses recursos.

Nossa cidade tem uma deputada federal eleita pelo Partido dos Trabalhadores, tem um prefeito que faz parte do Partido dos Trabalhadores, e a ele, sim, cabe agora ir resgatar os dois milhões de reais que o deputado Afonso Camargo colocou à disposição da cidade de Ponta Grossa, mas por agilidade a Prefeitura de Ponta Grossa acabou perdendo.

O Sr. Jocelito Canto

Permite um aparte, deputado?

Deputado Plauto, senhores deputados. Acompanhando atentamente o pronunciamento do deputado

Plauto, quero confirmar todas as suas palavras. Na verdade, o governo Cidade Viva, que na campanha foi chamado de Cidade Viva e Ponta Grossa hoje é Cidade Morta, a cidade está parando, já estão chamando Ponta Grossa de “Cidade Lá tinha”, porque lá existia e hoje não tem.

Então, lamentavelmente, senhor presidente, senhores deputados, o governo do prefeito Péricles Holleben de Mello é um governo muito lento e até lá em Ponta Grossa já tem um apelido: governo Cidinha, governo tartaruga, e é por isso que não ocorreram as licitações; a licitação demorou, atrasou, por falta de competência do governo. Infelizmente é um governo bem preparado, como dizia na campanha, um governo que trouxe os melhores técnicos, que juntou os intelectuais da cidade e com tudo isso acabou perdendo esse dinheiro, mais de 2 milhões!

Mas, rogo a Deus que o nosso presidente Lula, atenda os reclamos da cidade e acho que o deputado Afonso Camargo está correto ao reivindicar aquilo que ele fez. Ele não é dono da verba, também acho que não é dono, mas ele é autor da indicação e quando a pessoa consegue colocar no Orçamento um dinheiro carimbado, é porque é um deputado que conseguiu, com a sua competência, fazer dar certo. Não só colocar no orçamento, mas fazer o dinheiro chegar na Caixa Econômica de Ponta Grossa e estar à disposição do município. O governo do prefeito Péricles, o governo Cidade Viva perdeu o dinheiro. O dinheiro voltou para Brasília. Não é culpa do Afonso Camargo. Acho que o deputado Stica tem razão: quem falou foi o deputado Stica, que é vice-presidente desta Casa e membro do PT! É PT atacando PT.

Muito obrigado, deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, só para esclarecer, trazer à tona essa discussão, que no dia de ontem, fez com que um representante de Ponta Grossa e do Estado do Paraná recebesse crítica de um representante desta Casa.

Eu tinha a obrigação de trazer à luz, às claras, a realidade do que aconteceu com a cidade de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PSDB. PTB. PSB. Liderança do Governo. Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI

No Horário do PTB, se V. Exa. me permitir, farei uso de alguns minutos, porque temos um compromisso, nós, da Bancada de Oposição: teremos uma trégua de 120 dias.

Meu caro presidente Augustinho Zucchi, prezados parlamentares, duas questões não podem aguardar a nossa trégua. A primeira é a questão de segurança do nosso Estado, em especial a segurança da nossa Capital.

No último final de semana, um secretário de Estado foi seqüestrado. Quero dizer aos senhores que eu,

pessoalmente, também fui assaltado na Rua Mariano Torres, quando eu vinha para a Assembléia, por volta das 11h00 da manhã. Um menino com idade de mais ou menos dezoito anos, portando um revólver, me abordou e levou tudo o que tinha no carro. Graças a Deus não fui seqüestrado! O que mais me preocupa na questão da segurança: acredito que o governador Requião esteja imbuído de bom propósito, em acumular o cargo de secretário, mas o Paraná não agüenta tantos anos sem secretário da Segurança. Desculpem a minha posição.

Vínhamos com o José Tavares, que não deixou saudades a nenhum paranaense, como secretário da Segurança. Não deixou saudades a este parlamentar, que nunca negou apoio ao governo Jaime Lerner. E estarei sempre defendendo as teses que achar corretas.

Vínhamos de um secretário avesso e alheio a ouvir o clamor popular, e agora estamos aprofundando a crise da Segurança do nosso Estado, talvez pelo acúmulo de trabalho do governador, mas alguma coisa tem que ser feita. Uma atitude providencial tem que ser tomada. Ou nomeia-se um secretário da Segurança ou algo tem que ser feito. Os marginais estão vindo para Curitiba, porque aqui está ficando cada vez mais fácil de se praticar crimes.

O segundo ponto, senhor presidente, que quero abordar: ouvi daquela mesma tribuna, o mesmo parlamentar - quero discordar do deputado Rafael Greca e do nosso som, realmente tem algumas pessoas que falam um pouco mais alto e se não houver uma regulagem do som, não vai ter quem agüente este plenário; concordo com o deputado Nelson Justus, um deputado criticar o governo anterior de uma fila no Porto de Paranaguá, em torno de 15 quilômetros.

Esbravejou aqui e destilou suas críticas. Eu, na oportunidade, concordei com as críticas porque achava que era incompetência de Paranaguá e do Porto de Paranaguá. Hoje estou compreendendo: o deputado não fez críticas pelos 15 quilômetros que eram muitos; acho que ele fez críticas por que 15 quilômetros eram pouco, porque hoje estamos com 130, 150 quilômetros. Então algo tem que ser feito! A produção agrícola do nosso Estado aumentou 18%, se tinha 15 quilômetros de fila, vamos colocar 18%, não vai chegar aos 130, 150 quilômetros que os jornais estão noticiando.

São duas providências que acredito que sejam para o bem do funcionamento da questão dos interesses da economia do Estado do Paraná.

Era isso, senhor presidente e agradeço a atenção dos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança da Oposição.

Com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, prezado colega deputado Rafael Greca.

Ouvi atentamente o seu pronunciamento. Não é pronunciamento de um deputado de Oposição, de um deputado de Situação ou de um deputado independente; o pronunciamento de um parlamentar sério, preocupado com as coisas paranaenses.

Não sabia, fiquei feliz, mas não me surpreendo porque muitas das belas coisas feitas em Curitiba têm a sua marca, marca esta como o Farol do Saber e tantas outras.

Entretanto, aqui na província, ainda estamos perturbados com aquela idéia que “aquilo que o antecessor fez não presta, quem tem razão sou eu, que estou no exercício do mandato”.

No entanto, cresce a cada dia a necessidade do denunciamento, cresce a todo momento a necessidade de se projetar.

Como dizia o deputado Nereu, eu li atentamente a entrevista do nobre governador, a quem, aliás tenho grande apreço e respeito e entendo bem até porque chega o momento de o Paraná ser ouvido, nesta federação, chega o momento de o Paraná ter voz, nesta federação! Mas isso não pode acontecer a qualquer preço, mas estava no jornal Estado de São Paulo de domingo que o governador iria romper o contrato na área da Saúde porque este contrato era lesivo aos interesses do Paraná. Lesivo por quê? Porque agenda 150.000 consultas, por mês? Lesivo por quê? Porque agiliza o atendimento de 30.000 pessoas, por mês, nos nossos hospitais? Porque tem ambulâncias levando e trazendo pacientes em todo Estado, quando a central de leitos é acionada e esta pessoa pobre precisa ser locomovida? Sinceramente, eu não vejo que este seja o caminho. Agora, claro, cada rompimento de contrato unilateral gera uma consequência, as vezes uma consequência no bolso do empresário. Confesso que não temos, nem eu nem o Rafael, nenhum de nós aqui, preocupação, mas às vezes gera consequências para os mais humildes, os mais necessitados! E é esta consequência que vimos, todos, ontem, estampado nos jornais, nas televisões e hoje em todos os jornais. Mas, antes dessa consequência nefasta a toda sociedade paranaense, foram feitas inúmeras reuniões.

O secretário da Saúde foi avisado por diversas vezes, diversas atas foram lavradas. A prestadora do serviço, que é uma entidade que não tem fins lucrativos, ao perceber a gravidade, sem falar da falta de pagamento porque janeiro não recebeu, fevereiro não recebeu, março não recebeu, e não tem perspectivas de receber. Por cautela entrou com uma notificação judicial depois de todas as reuniões feitas da Secretaria da Saúde e não produziram os efeitos desejados. E eles alertaram, avisaram quais seriam as consequências da interrupção do tratamento. Mas mesmo assim apressou-se a secretária da Comunicação de colocar no site do governo que o contrato estaria rompido.

E agora as consequências? Falar é fácil. Mas, “e agora, José?” Depois que o governo só não publicou, mas já estava pronto o ato de publicação do Diário Oficial,

depois das conseqüências trazidas a público, o secretário da Saúde, o procurador do Estado do Paraná, enfim o governador se mobilizou para pedir para a empresa que presta serviços, para que voltasse com o serviço. E a empresa voltou; está aí e só espera uma coisa: que o governo diga se quer ou não quer o serviço.

Então, nobres deputados, só trago essa preocupação para restabelecer a verdade. Não podemos transformar em bandido, ou em empresa inidônea quem presta serviço e atende mais de 150 mil paranaenses todos os meses, que presta um serviço que foi levado à Prefeitura do PT em São Paulo, à Prefeitura do PT em Ribeirão Preto, em Fortaleza, em tantas cidades brasileiras! Não venham, aqui, tentar inverter a situação! Mesmo não querendo, mesmo a oposição tendo feito um compromisso, entre nós mesmos, de evitarmos a tribuna para esse confronto, neste momento, mas não podemos nos calar! Aí é demais para a nossa atuação parlamentar.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Na condição de presidente da CPI do Banestado, quero convidar os senhores membros da mesma para uma reunião com a Dra. Maria Tereza, representando o Ministério Público, onde teremos uma reunião no seu gabinete para discussão de assuntos diversos sobre a CPI do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Registrado o seu convite, deputado Neivo.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Gostaria de discutir esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É só apoio para a tramitação do projeto, deputado Rafael. Ele voltará para discussão em 1ª, em 2ª e em 3ª discussão, se necessário.

O SR. RAFAEL GRECA

Porque pode ser uma temeridade para a indústria geradora de empregos na região, desde aqui, até União da Vitória, neste momento em que a geração de emprego e renda é muito grave no País.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já está apoiado o projeto.

Está tramitando nas Comissões, vindo em 1ª e 2ª discussão nesta Casa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 542, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 a 06 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 024/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear lesões por esforços repetitivos - LER, no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 320/2001

Curitiba, 22 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 195/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 024/99, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores das esferas públicas e privada do Estado do Paraná, com a finalidade de protegê-los das Lesões por Esforços Repetitivos - LER, e dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT, assim como adotar outras providências.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência é devida ao fato de a matéria, embora reconhecida sua

importância, estar apresentada em termos que invadem a competência privativa da União, pois ao dispor sobre condições de trabalho, duração de jornada e períodos de pausa para descanso, aos trabalhadores em geral, fere o artigo 22, inciso I, da Magna Carta, cujo mandamento estabelece textualmente:

“Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo-aeronáutico, espacial e do trabalho.”

Assim sendo e considerado, observa-se que a pretendida medida, na forma como está posta, seria mais adequadamente tratável pela via de lei federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 024/99, encontra-se publicado no DA nº 099/2001, de 28/06/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 079/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Orlando Pessuti, estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear lesões por esforços repetitivos - LER, no Estado do Paraná.

A proposta foi vetada pelo Executivo sob a alegação de que tal iniciativa invade competência privativa da União. Chamada esta Comissão a manifestar-se sobre o veto ao projeto, verificou-se que o executivo respeitou os preceitos legais.

Portanto, nosso parecer é favorável à análise do veto em Plenário.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 138/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 164/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que acresce alínea “d” ao inciso II do artigo 42, da Lei Estadual nº 12.398/98, que instituiu o ParanaPrevidência. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 575/2002

Curitiba, 07 de novembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 399/2002, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 164/2002, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que ao inciso II do artigo 42, da Lei nº 12.398/98, fica acrescentada a alínea “d”, visando ampliar o rol de dependentes de segurados do sistema estadual de previdência instituído pela referida lei.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre da inconstitucionalidade a que está eivado, eis que, não tendo sido de iniciativa do governo do Estado, fere o artigo 66, incisos I e II, da Carta Estadual.

Melhor detalhando outros prismas determinantes do veto ora apostado, segue, por cópia autêntica, Parecer nº 00808, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, cujos termos somam-se às razões do não colhimento à medida em causa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 164/2002, encontra-se publicado no DA nº 033/2002, de 01.04.2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 138/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 164/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que acresce alínea “d” ao inciso II, do artigo 42, da Lei Estadual nº 12.398/98, que institui o ParanaPrevidência.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. DOBRANDINO DA SILVA **(Para Encaminhar)**

Esta vice-Liderança orienta os senhores deputados para a votação SIM a todos os vetos em votação.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

A Mesa solicita ao senhor 1º secretário, deputado Francisco Bühner, para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

Para a manutenção dos vetos, o voto deverá ser SIM.

Para a rejeição dos vetos, e mantidos os projetos, o voto deverá ser NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Francisco Bühler**)
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e cinco deputados votaram. Solicito aos senhores deputados Dobrandino, Plauto Miró e Pedro Ivo Ilkiv, para procederem o escrutínio dos votos.

22, SIM.

13, NÃO.

Mantidos os vetos.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/2003, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de fevereiro de 2003, conforme a Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 537, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 538 e 539, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 545, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 546, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 548, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 029/2000; 025, 049 e 064/2001.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BANESTADO ATA DA 1ª REUNIÃO

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e três, no Plenarinho Luiz Gabriel Sampaio, reuniram-se os membros da CPI do Banestado, contando com as presenças dos deputados Miltinho Pupio, Luciana Rafagnin, Elza Correia, Nelson Justus, Doutor Luciano, Pedro Ivo Ilkiv, Ademir Bier, Waldir Leite, Francisco Bühler, Ailton Araújo e Arlete Caramês, sob a presidência do deputado Neivo Beraldin. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, quando foi apresentado o relatório dos documentos a serem fornecidos pelo Banestado junto a esta Comissão, pelo doutor Marcelo Couto Cristo, assessor do presidente da Comissão. O senhor presidente colocou em votação. **APROVADO.** Em seguida o deputado Neivo Beraldin deixou livre a palavra aos deputados presentes. A deputada Elza Correia manifestou sua preocupação quanto ao assessoramento jurídico a ser prestado, que o seja de qualidade, havendo a necessidade de grupos de apoio, com técnicos, economistas, juristas e outros técnicos de várias áreas. O deputado Nelson Justus igualmente manifestou sua preocupação para que esta Comissão realize seus trabalhos de modo que respeite as pessoas inquiridas, dando-lhes o amplo direito de defesa e respeito humano. Houve outras manifestações dos demais deputados, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, comunicando aos presentes que na data de vinte e quatro de março do corrente ano, às 10h30 na sala de reuniões das Comissões desta Casa, será ouvido o senhor Luiz Antonio Fayet, presidente do Banestado, no exercício de 1995. Nesta mesma reunião, foi designado como secretário desta Comissão, o funcionário Alan Marcos Andrade, advogado junto à Diretoria Legislativa. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos demais deputados presentes e por mim, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BANESTADO ATA DA 2ª REUNIÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, com as presenças dos seguintes deputados membros: Elza Correia, Ailton Araújo, Fran-

cisco Bühner, Doutor Luciano, Delegado Bradock, Fernando Ribas Carli, Waldir Leite, Luciana Rafagnin, Ademir Bier, bem como a deputada Arlete Caramês. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos agradecendo o comparecimento do senhor Luiz Antonio Fayet, presidente do Banestado no ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, convocado para prestar esclarecimentos a esta Comissão. O convocado passou a responder às inquirições dos deputados presentes, as quais constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. O mesmo passou às mãos do senhor presidente documentos sobre a situação do Banestado no período de sua gestão como presidente. A seguir o presidente agradeceu o convocado e aos deputados que compareceram à reunião, marcando a próxima para o dia vinte e cinco de março do corrente ano, às 10h30, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), com a presença dos convocados: Marçal Ussui Sobrinho e Valter Benelli, auditores do Banestado. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes e por mim, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BANESTADO
ATA DA 3ª REUNIÃO**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, com a presença dos seguintes senhores deputados: Elza Correia, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Doutor Luciano, Waldir Leite e Ademir Bier. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos agradecendo o comparecimento dos senhores Marçal Ussui Sobrinho e Valter Benelli, auditores do Banestado, convocados para prestar esclarecimentos a esta Comissão. Após a leitura do termo de compromisso, os convocados passaram a responder às inquirições dos deputados presentes as quais constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. A seguir o senhor presidente agradeceu os convocados e aos deputados que compareceram à reunião, marcando a próxima para o dia vinte e seis de março do corrente ano, às 10h30, no Auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), na qual o senhor José Evangelista de Souza, ex-vice-presidente do Banestado prestará esclarecimentos a esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada

será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes e por mim, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BANESTADO
ATA DA 4ª REUNIÃO**

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Doutor Luciano, Pedro Ivo Ilkiv e Ademir Bier. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos agradecendo o comparecimento do Sr. José Evangelista de Souza, ex-vice-presidente do Banestado, convocado para prestar esclarecimentos a esta Comissão. Após a leitura do termo de compromisso, o mesmo passou a responder às inquirições dos deputados presentes as quais constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. A seguir o senhor presidente agradeceu a presença do Sr. José Evangelista de Souza, bem como dos deputados que compareceram à reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

Atas de Comissões:

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2003, às dez horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua segunda Reunião Ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 017/2003 - Submeter à aprovação a verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de fevereiro de 2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado Antonio Anibelli, relator da Proposição nº 017/2003, que trata da prestação de contas da

verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de fevereiro de 2003, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Examinada a matéria, concluiu o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, uma vez que atendem à legislação em vigor, deliberando pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TURISMO
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a finalidade de eleger o vice-presidente desta Comissão. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Waldir Leite que, assumindo o cargo para o qual foi eleito, agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrando os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA - 08.04.2003 - ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 005/2003. Autor: deputado Geraldo Cartário. Dispõe sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais. **Relator: deputado Nelson Justus - Designado em 20.03.2003.**

Projeto de Lei nº 009/2003. Autor: deputado Geraldo Cartário. Propõe a implementação e a obrigatoriedade do ensino de artes no currículo das escolas da rede estadual de ensino. **Relator: deputado Tadeu Veneri - Designado em 13.03.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 01.04.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 101/2003. Autor: deputado Tadeu Veneri. Regula serviço de locação de cães no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral - Designado em 20.03.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 25.03.2003.**

Projeto de Lei nº 127/2003. Autor: Poder Executivo. Altera dispositivos da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996 (Paranacidade). **Relator: deputado Marcos Isfer - Designado em 26.03.2003. Vistas ao deputado Neivo Beraldin em 01.04.2003.**

Projeto de Lei nº 130/2003. Autor: deputado Mauro Moraes. Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao desembargador Otto Luiz Spohnholz. **Relator: deputado Chico Noroeste - Designado em 26.03.2003.**

Projeto de Lei Complementar nº 138/2003. Autor: Poder Executivo. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, conforme especifica. **Relator: deputado José Maria Ferreira - Designado em 26.03.2003.**